

# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N° 1957/1962,..... ( L e i n° 564 ).....

A Câmara Municipal de Jacareí decreta o que

permulga a seguinte Lei:

Art. 1º) Pela Prefeitura Municipal de Jacareí autorizase a alienar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, para doação, o imóvel sita no descreito, situado nesta cidade, vera, nos termos do decreto estadual nº 12.752 de 18 de Junho de 1942, modificado pelo decreto nº 27.167, de 6 de Janeiro de 1957 nôle se construir prédio para funcionamento do Grupo Escotar Turão de Jacareí, a saber: Um terreno de forma retangular, medindo com metros de frente, com metros nos fundos e quarenta e dois metros de cada lado, com a área de quatro mil e duzentas metros quadrados, situado na Praça da Independência, antiga Praça da Liberdade, confrontando pela frente e pelos dois lados com terras da Prefeitura Municipal destinadas à ampliação da mencionada Praça e nos fundos com a antiga Chácara São Luiz da propriedade de sucessores do Dr. José Fernando Pereira de Melo e sua mulher, terreno este desmembrado de área maior havida pelo município por força da transcrição nº 2.111, feita à 6 de Março de 1920 no Livro 39 de transcrições de Imóveis à página folhas 14 em a Cartório de Registro Geral desta Comarca;

Art. 2º) Na escritura de doação, a ser lavrada após a apresentação pela Prefeitura Municipal de todos a documentação exigida pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa pela qual o donatário não poderá, pelo prazo de ( cinco ) 5 anos, dar ao imóvel destinação diversa da prevista neste lei.

§ Único) Na referida escritura constará, ainda, cláusula onde a Prefeitura Municipal responderá pela evicção do imóvel desde, obrigando-se a desapropriá-lo e desá-lo novamente ao Instituto de Previdência do Estado se houver, a qual quer título, for reivindicado por terceiros em excluder a primeira doação, tudo com ônus para aquela autorquia.

Art. 3º) A doação é irrevogável, exceptuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Art. 4º) Após realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado para construção do prédio referido no artigo 1º, a ser executado pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, na terra cuja doação era se autoriza.

# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N° 1111111111/960

Súmico - Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e previamente julgada capacitada por Ela a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em função da vulto da obra.

Art. 5º ) A construção do prédio de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de 90 ( noventa ) dias, a contar da data da levantatura da escritura de deságua, ficando, porém, na dependência das recursos monetários, destinados para esse fim, no Instituto de Previdência, e obedecendo aos pedidos, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, termos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167, de 4 de Janeiro de 1977, supra citado.

Art. 6º ) A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da Verba própria consignada no orçamento.

Art. 7º ) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º ) Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, 11 de Agosto de 1969.

Assinatura

Antônio Nunes de Moraes Junior

Prefeito Municipal

Inteiro

Vereador Afonso Rosa da Silva  
Presidente da Câmara